



ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS,
REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2021

- - Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, nesta vila de Arruda dos Vinhos, no Auditório Municipal – Centro Cultural do Morgado, teve lugar uma reunião Ordinária do executivo, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara André Filipe dos Santos Matos Rijo, que declarou aberta a reunião eram quinze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Vereadores:-----

- - Rute Miriam Soares dos Santos-----
- - Mário Augusto Anágua Carvalho-----
- - Luís Manuel Gonçalves Rodrigues -----
- - Carla Teresa Munhoz Pinheiro-----
- - Maria Cecília Carvalho Alves Frutuoso Moleiro -----
- - Francisco do Vale Antunes -----
- - Secretariou a reunião a Chefe da Unidade Administrativa e de Modernização, Anabela Alves Marques, coadjuvada pela Assistente Técnica Sandra Cristina Costa Santos. -----

Antes da Ordem do Dia-----

TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE-----

Assinatura das minutas das deliberações e documentos-----

- - Informou que têm que voltar novamente a assinar os documentos e todas as minutas das deliberações, é o entendimento do gabinete jurídico do município, é assim que se deve proceder, até aqui os documentos eram assinados pelo Senhor Presidente e pela Dra. Anabela Marques, Chefe da Unidade Administrativa e de Modernização, o entendimento jurídico, em conformidade com a legislação em vigor e que não foi revogada, é que nas reuniões presenciais devem ser todos os Vereadores a assinar as minutas das atas, basicamente é só esta pequena alteração, no fundo é regressar àquilo que já existia, embora lhe pareça que do ponto de vista sanitário não é a melhor prática, mas é o que a lei determina. -----

Evolução da situação epidemiológica no concelho-----

- - Referiu que o balanço à data de hoje, é de catorze casos ativos confirmados à COVID-19, mil duzentos e oitenta casos de recuperação e sessenta óbitos a lamentar, como sempre. -----

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA CARLA MUNHOZ-----

Vacinação no concelho-----

- - Referiu que em relação à vacinação aquilo que tem chegado, é uma avaliação muito positiva dos resultados. -
 - - Informou que têm catorze mil trezentos e trinta e oito fichas vacinais, isto a partir dos zero anos, isto é, todos os utentes do concelho de Arruda dos Vinhos inscritos nas unidades de Arruda, sendo que com a primeira dose,

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

neste momento, têm sessenta e seis ponto cinquenta e sete por cento de pessoas vacinadas e com a segunda dose quarenta e nove ponto noventa e um por cento. -----

- - Acredita que ao nível do país são excelentes resultados na cobertura vacinal contra a COVID-19, salvam-se vidas nem que seja uma a uma, e foi isso que o concelho fez desde o primeiro dia, encarou o vacinar como a única arma para além de todos os equipamentos de proteção individual e de todas as medidas, tomadas e que ainda tomamos, mas a vacina veio fazer a diferença, como um instrumento contra esta pandemia ou pelo menos para mitigar os resultados nefastos que a pandemia nos trouxe. -----

- - Mencionou que não é de mais voltar agradecer a esta equipa, que para além de tudo quanto possa ser pago em termos de ordenados, acha que têm tido um espírito de equipa, e têm tido um espírito de missão vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, sem esquecer ninguém, a GNR (Guarda Nacional Republicana) têm apoiado diariamente, o serviço da Proteção Civil, sempre presente, Bombeiros, a saúde nos seus diferentes perfis profissionais, médicos, enfermeiros, assistentes operacionais, secretários clínicos e o município, o município com todos os profissionais possíveis que têm integrado a equipa, voluntários, as juntas de freguesia, as escolas de enfermagem que têm dado um grande apoio, isto é uma equipa única ao serviço das pessoas e que qualquer elemento que venha integra-se perfeitamente e tem sido um sucesso, esta resposta que têm conseguido dar à população de Arruda dos Vinhos e não só, acha que nunca é de mais agradecer a esta equipa que abraçou esta missão e este espírito de missão ao serviço das pessoas. -----

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA RUTE MIRIAM -----

- - Deu nota da prova que foi o terceiro Grande Prémio de Ciclismo das Cardosas - Arruda dos Vinhos em que esteve presente, acompanhada pelo Vereador Mário Anágua, tendo estado no sábado, na prova de contrarrelógio, que correu muito bem, e no domingo, tiveram uma prova que foi abençoada pelo S. Pedro e que correu tudo bem, com oitenta quilómetros de prova, com muitas metas de montanha, prémios volantes e que pela primeira vez, esta prova trouxe um circuito que abarcou todo o concelho, porque passou pelas quatro freguesias e em todas elas se viu uma grande receptividade da parte da população, que, de certo modo, também já desejava ver de novo algum movimento pelas ruas das aldeias. -----

- - Informou que tiveram cerca de cento e cinquenta inscritos, a prova correu muito bem e é uma prova que tem dado cada vez mais mérito, não só à freguesia de Cardosas e de Arruda dos Vinhos, que têm sido elas as promotoras e que ano a ano verificam que têm que melhorar e têm vindo a aprender na organização de todo o evento que é muito grande. -----

- - Agradeceu a todos os patrocinadores que acompanham e que fazem com que esta prova possa ser uma realidade no nosso município. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR LUÍS RODRIGUES -----

- - Referiu que ouviu a intervenção da Senhora Vereadora Carla Munhoz a falar do processo de vacinação, e corrobora as suas palavras de que a avaliação tem sido muito positiva pela forma como tem decorrido. -----

*R
Ansele*

- - Perguntou ao Senhor Presidente, uma vez que em tempos fez uma proposta de criação do dia municipal de apoio aos profissionais de saúde pelo trabalho que têm desenvolvido, profissionais de saúde que continuam envolvidos neste projeto da vacinação, ainda mais se justifica este dia, de estar ao lado deles e ter esse dia para os poder homenagear todos os anos, o Senhor Presidente ficou de saber qual era o seguimento desta proposta em termos de Oeste CIM, pelo que gostava de saber se houve algum desenvolvimento, e se não houve se podemos avançar com o dia para marcarmos a diferença pela positiva em prol na defesa de todos estes profissionais da Saúde.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - Referiu que relativamente à questão colocada pelo Senhor Vereador Luís Rodrigues, no Conselho Intermunicipal, em maio, que teve lugar em Torres Vedras, o Senhor Presidente teve ocasião de questionar sobre o andamento da proposta e em que ponto estava, nessa altura, o Senhor Presidente da Câmara das Caldas da Rainha, Tinta Ferreira, não se encontrava e ficou combinado que seria de consultar o proponente desta proposta, de saber se o objetivo que ele tinha, no fundo colocado em cima da mesa, com a sua proposta, teria sido efetivamente criar um dia que fosse, para, no fundo, homenagear os profissionais de saúde ou todos os setores, ou se a alternativa seria para criar um dia no Oeste sobre a temática da pandemia daí incluindo não só os profissionais, mas também todos aqueles que tem sofrido direta ou indiretamente com esta pandemia seja por doença, seja pelo resultado mais negativo da doença. -----

- - Referiu que neste momento aquilo que se considerou, foi que, tendo em conta o calendário pré-eleitoral, seria de bom-tom não avançarem com essa data e esperarem pelo momento mais oportuno para terem uma proposta consensualizada em termos de data, porque existe alguma dúvida na proposta, porque há quem entenda que devesse ser no dia em que se verificou o primeiro caso na região, e há quem entenda que deveria ser o primeiro óbito como evento mais marcante da pandemia, etc, ainda não chegaram a essa parte de discussão e uma vez que também não estava presente nessa reunião o Presidente Tinta Ferreira acharam que não seria elegante fazer essa discussão na sua ausência uma vez que foi ele que falou pela primeira vez sobre esse tema na reunião do Conselho Intermunicipal.-----

- - Referiu que todos os colegas entenderam que deveríamos consensualizar a proposta, apresentá-la e executá-la depois das Eleições Autárquicas, após o próximo dia vinte e seis de setembro, porque parece a todos que nesta altura, altura de férias e também não haver consenso quanto a esta matéria de estar cada um a fazer uma coisa diferente, que pode não ser bem visto, nem esse era o objetivo do Presidente Tinta Ferreira, seguramente, quando propôs este assunto.-----

- - Referiu que aquilo que tinham previsto fazer no dia 25 de Abril, não conseguiram fazer por via das condições climáticas, o que fizeram depois, e conforme anunciou na reunião de câmara, simbolicamente a Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara foram às instituições entregar, formalmente, um diploma de homenagem a todos os profissionais, não só da saúde, mas também nos lares e nas empresas no

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

ramo alimentar e da distribuição que nunca fecharam portas e que foram muito importantes para assegurar o combate a esta pandemia.-----

- - Referiu que este assunto não foi esquecido no Conselho.-----

Ordem do Dia-----

PONTO N.º 1 – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE JULHO DE 2021-----

- - Foi em devido tempo enviado a cada vereador, em formato digital, ata da reunião ordinária de 12 de Julho, pelo que, tendo sido dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por maioria com abstenção da Vice-Presidente, vereadora Carla Munhoz e Vereador Francisco Vale Antunes por não estarem presentes na referida reunião.-----

PONTO N.º 2 - 14.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 14.ª ALTERAÇÃO ÀS GOP PARA 2021-RATIFICAR-----

- - Presente despacho de deferimento, proferido pela Senhora Vice-Presidente, em substituição do Senhor Presidente, em 21 de julho.-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor:-----

- - "Considerando que:-----

- - i. Torna-se necessário reforçar e adequar os documentos previsionais para 2021 de dotações que permitam proceder ao cabimento de despesas para novos contratos a celebrar ainda no presente ano;-----

- - ii. Que as verbas a reforçar são as descritas nos mapas anexos à presente proposta, e da qual fazem parte integrante;-----

- - iii. Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal aprovar as alterações às opções do plano e orçamento.-----

- - Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a 14.ª alteração ao orçamento (permutativa) e a 14.ª alteração às GOP (modificativa) para 2021, as quais totalizam €33.500,00 e -€12.000,00, respetivamente."-----

PONTO N.º 3 - PROPOSTA DE PLANO DE TRANSPORTE ESCOLAR 2021/2022-----

- - Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 16 julho.-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor:-----

- - "Considerando que:-----

- - O Município de Arruda dos Vinhos aceitou a descentralização de competências na área educação, decorrente do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro;-----

- - É da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar o plano de transporte escolar, anualmente,-----

- - conforme artigo 21.º do referido Decreto-Lei, sendo este um instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, que é da competência da Câmara Municipal, conforme a legislação aplicável;-----

- - Foi ouvido o Conselho Municipal de Educação que, por unanimidade, emitiu parecer favorável.-----

*P
Anabela*

- - Face ao exposto, proponho a aprovação da proposta em anexo, que será posteriormente remetido para os estabelecimentos de ensino por ele abrangidos e departamentos governamentais do respetivo setor dos transportes terrestres."-----

**PONTO N.º 4 - ACORDO PARA A CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES
ADJUDICANTES**-----

- - Presente proposta da Senhora Vice-Presidente, datada de 21 de julho.-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor:-----

"Considerando que:-----

- - (A) Foi subscrito, em 22 de fevereiro de 2019, o Manifesto "Rede Cultura 2027", documento pelo qual os Municípios outorgantes do presente Acordo se comprometeram – juntamente com a NERLEI-Associação Empresarial da Região de Leiria, o Politécnico de Leiria, o Politécnico de Tomar e a Diocese de Leiria-Fátima a colaborar, com os seus meios próprios, na constituição de uma rede alargada de criação e divulgação centrada no conhecimento, na arte e na cultura, comprometendo-se ainda a mobilizar as suas estruturas e agentes de forma a participarem na preparação e apresentação do programa da candidatura de Leiria a Capital Europeia da Cultura 2027;-----

- - (B) Nos anos de 2019 e 2020 a colaboração entre os municípios outorgantes do presente acordo foi desenvolvida através de um modelo não institucional de cooperação informal, assumindo essencialmente o Município de Leiria a despesa com o funcionamento da Rede;-----

- - (C) Foi reconhecido pelos municípios outorgantes, integrantes da Rede Cultura 2027, que se impunha a procura de uma estrutura suscetível de proporcionar ganhos de economia, eficiência e eficácia, pelo que foram desenvolvidos junto dos respetivos órgãos municipais os procedimentos administrativos necessários à constituição de uma cooperativa do ramo cultural, designada de "REDE CULTURA 2027 LEIRIA - Cooperativa de Responsabilidade Limitada", processo que não logrou acolhimento do Tribunal de Contas em sede de fiscalização prévia;-----

- - (D) O Acórdão do Tribunal de Contas no processo de constituição supra referido prevê a possibilidade de a colaboração em rede entre os municípios ser desenvolvida através de modelos não institucionais que compreendam a cooperação contratualizada ou informal e a constituição de órgãos que permitam a gestão direta de serviços que iriam constituir o objeto social da régie cooperativa;-----

- - (E) É intenção dos municípios outorgantes aprofundar as sinergias e vias de colaboração que têm vindo a resultar de forma muito evidente da Rede Cultura 2027, pretendendo-se continuar a reforçar o modelo relacional entre os integrantes através de um modelo não institucional contratualizado que seja um acréscimo ao atual modelo não institucional informal;-----

- - (F) Se encontram previstas um conjunto de atividades de índole cultural cuja realização é de todo o interesse manter, pese embora o facto dos eventos e atividades culturais terem sido altamente afetadas devido ao período envolvente;-----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

- - (G) Para o ano de 2021 foram fixadas as ações constantes do Programa "ATIVAR A CANDIDATURA" que os municípios outorgantes do presente pretendem desenvolver em rede, com a coordenação dos órgãos e serviços do Município de Leiria, repartindo entre si o valor da despesa a que houver lugar; (H) Em [...] foi celebrado entre os Município outorgantes do presente Acordo o PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA REDE CULTURA 2027 que estabelece, na respetiva cláusula quinta, n.º 2, que: "Para efeitos de realização da despesa e sem prejuízo dos projetos a suportar diretamente pelo Município de Leiria ou por qualquer dos Municípios Outorgantes, os Municípios Outorgantes podem, sempre que se justificar, constituir um agrupamento de entidades adjudicantes nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 39.º do Código da Contratação Pública, sendo o Município de Leiria o representante do agrupamento para efeitos do disposto no n.º 2 do mesmo artigo." -----

- - (I) O referido artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas até à aprovação da Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março ("CCP") prevê que várias entidades adjudicantes se podem associar com vista à celebração de contratos cuja execução seja do interesse de todos; -----

- - (J) Os Municípios outorgantes do presente Acordo pretendem desenvolver as ações constantes do Programa "ATIVAR A CANDIDATURA" anexo ao PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA REDE CULTURA 2027 através de um único procedimento, em agrupamento, e com a despesa repartida; -----

- - (K) Os órgãos executivos dos municípios outorgantes do presente Acordo aprovaram e autorizaram a constituição do Agrupamento de Entidades Adjudicantes constituído pelo presente Acordo; -----

Proponho que a Câmara Municipal delibere: -----

- - Aprovar o ACORDO PARA A CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES, e todos os documentos que o compõem nomeadamente: -----

- - Programa do Concurso limitado por Prévia Qualificação; -----

- - Caderno de Encargos; -----

- - Chave de distribuição." -----

PONTO N.º 5 - MINUTA DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE VIATURA – MATRÍCULA 90-JN-76 -----

- - Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 16 julho. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - Referiu que este ponto é referente a um protocolo com o ACES (Agrupamento dos Centros de Saúde) Estuário do Tejo, com o qual o Centro de Saúde de Arruda dos Vinhos faz parte. Este protocolo tem como objetivo disponibilizar um veículo ligeiro de mercadorias, Ford Fiesta, com a matrícula 90-JN-76, no estado de usado, no fundo é disponibilizar este veículo para que o Centro de Saúde, que através da USF (Unidade de Saúde Familiar) Lusitano possa dar melhores condições naquilo que diz respeito ao acompanhamento e monitorização dos doentes à distância, ou seja, vem reforçar aquilo que será a capacidade dos profissionais de



saúde que prestam o seu serviço no município de Arruda dos Vinhos através do Centro de Saúde, neste caso através da USF Lusitano de poderem melhorar aquilo que é a prestação de cuidados à população do concelho. -

- - Referiu que isto já era uma necessidade que existia, mas com o agudizar das questões relacionadas com a pandemia tornou-se urgente resolver esta questão o que se pretende com esta viatura vem exatamente no sentido de tentar aproximar o cuidador do cuidado e evitar que haja deslocações que possam ser evitadas, tanto quanto possível, ao Centro de Saúde ou às unidades que possam receber os utentes. -----

- - Mencionou que esta viatura é mais um instrumento, ou neste caso, um bem que fica ao dispor do Centro de Saúde para que possa melhorar o nível de cuidados às suas populações. -----

- - O que está previsto em protocolo é a cedência, a título de comodato, o Centro de Saúde terá que fazer a gestão, em termos de utilização, do veículo, os profissionais vão passar a estar habilitados a poder conduzir o veículo do município e o município assegura a manutenção do mesmo e o pagamento dos encargos com os seguros e com aquilo que diz respeito à propriedade do veículo. Os encargos respeitantes aos consumos de combustível, está previsto que seja através do Centro de Saúde que fará essa gestão. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR LUÍS RODRIGUES -----

- - Mencionou que relativamente ao protocolo o PSD nada têm a obstar, só queria deixar a nota e salientar que o Centro de Saúde tem apresentado alguns problemas na sua funcionalidade e que o Senhor Presidente acaba por reconhecer indiretamente, as consultas tem muita dificuldade em serem agendadas, sobretudo para os mais idosos o problema ainda é mais grave na medida que são consultas via telefone o que não é fácil para uma pessoa de setenta ou de oitenta ou mais anos e isto implica atrasos quer nessas consultas, quer nos exames que eles possam ter que fazer. Pensa que proporcionar um veículo para que os profissionais de saúde se possam deslocar mais vezes junto dos utentes faz todo o sentido, mas também é importante, porque não há outra maneira de resolver este problema, que o Centro de Saúde, já que estão numa fase em que querem apostar no plano de desconfinamento mais global, que retome, ainda que com algumas dificuldade, admite isso, mas que retome as consultas presenciais com mais premência porque os munícipes mais velhos, também ditos mais experientes, esses têm sentido imensas dificuldades, não só provocadas pela pandemia, mas pela necessidade de ter acesso a um serviço de saúde que todos desejam que seja de proximidade, rápido e eficiente. Não quer com isto dizer que aponta as culpas aos profissionais de saúde que estão no Centro de Saúde, entende que o problema é na gestão que têm feito e quem sofre são os munícipes que estão necessitados quer das consultas, quer da realização dos exames. -----

- - Referiu que não é uma, nem duas, nem três pessoas que se lamentam que passam manhãs e tardes a ligar e no Centro de Saúde e não atendem! Não é só a má imagem que transparece para o exterior, mas sobretudo a falta de eficiência na prestação desses serviços tão necessários para a população, sobretudo para a mais idosa.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - O Senhor Presidente referiu que o Serviço Nacional de Saúde, tem dado uma resposta não só competente como abnegada, os profissionais de saúde têm feito das tripas coração para que nada de essencial falhe e

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

sobretudo para que consigam defender as vidas que é o ativo mais importante que qualquer país ou qualquer comunidade tem. -----

-- Mencionou que a pandemia ainda não passou, ou seja, o impacto da pandemia naquilo que é a prestação de cuidados extra pandemia ainda não foi recuperado, quer em meio hospitalar quer a nível de cuidados de saúde primários. Referiu que tem falado não só com a Vereadora Carla Munhoz como também com a coordenadora da USF (Unidade Saúde Familiar) com quem vai falando muitas vezes, sobretudo quando o Senhor Presidente vai ao Centro de Vacinação aproveitou para dizer que a USF tem sido inexcelável no que diz respeito à mobilização de médicos para o Centro de Vacinação, não houve dia nenhum que lá tivesse ido que não tivesse visto, pelo menos, dois médicos, no Centro de Vacinação, há dias que um médico seria suficiente para as necessidades que lá têm, mas já verificou que no dia em que acontece alguma coisa, alguém se sente mal, etc, os dois médicos, se calhar, ainda bem que lá estão, porque isso permite que o Centro de Vacinação continue a funcionar e que não haja problemas de assistência a quem lá está, isto para dizer que neste momento, não podem contar, em permanência, com dois médicos do Centro de Saúde, porque eles estão, e bem, onde têm que estar, no Centro Vacinação. Está a dar esta informação porque é uma informação relevante, porque dois médicos em permanência, no Centro de Vacinação, significam menos dois médicos, em permanência, no Centro de Saúde, não há como fugir a esta realidade inevitável, mas com o Centro de Vacinação a funcionar de segunda a sábado, praticamente sem grandes falhas, ter lá dois médicos, em permanência, tem sido uma ginástica enorme, conseguirem manter isto a funcionar, com muito sacrifício, como disse a Vereadora Carla Munhoz, tem impacto na atividade, se a isso somarem a quantidade de enfermeiros que estão no centro de vacinação, que fazem todas aquelas horas, é muito natural, e não há outra forma de dizer, neste momento, enquanto a vacinação estiver nesta fase em que andam a tentar vacinar toda a gente, e Arruda dos Vinhos tem tido um bom desempenho a nível do ACES está melhor classificada em termos de percentagem de pessoas vacinadas, diz que é muito pouco provável, a Senhora Vereadora Carla Munhoz é a pessoa mais habilitada, entre nós, para poder falar sobre esta matéria, mas é a conclusão que o Senhor Presidente chega, é muito difícil, com o Centro de Vacinação a funcionar, de segunda a sábado consigam ter uma atividade regular no Centro de Saúde, é muito difícil pela mobilização dos profissionais que lá estão é impossível, e depois ainda há um trabalho oculto da vacinação que é todo o trabalho de contactar as pessoas para a vacinação, que ao estarem a fazer aquilo não estão a fazer outras coisas, significa isto que neste momento, não é desculpa, é a justificação, a aposta que há neste momento do SNS e a task-force nacional para vacinar consome ainda muitos recursos ao Serviço Nacional de Saúde, sobretudo na questão dos cuidados de saúde primários. -----

-- Referiu que não há ninguém que quisesse mais que as coisas funcionassem do que os próprios profissionais de saúde, porque lhes está a sair do corpo conseguir gerir o Centro de Vacinação e comprometer o menos possível toda a atividade regular. -----



- - Referiu que a única coisa que gostaria era de reconhecer o trabalho extraordinário que têm feito e, enquanto Presidente de Câmara, tudo fará para tentar que as solicitações que são feitas pelo Centro de Saúde e pela USF sejam correspondidas.-----

- - Mencionou que a viatura foi solicitada porque a USF não tem um veículo ligeiro, que pudesse ser disponibilizado, uma vez que o veículo que existe no Centro de Saúde, está afeto a outra unidade, neste caso a USS, e a USF precisava de uma viatura, foi feito esse pedido há cerca de dois ou três meses e tentaram encontrar uma solução. Veio para o Município um carro do Fundo Ambiental e podem, agora, disponibilizar este carro, para não comprometer os serviços camarários.-----

Referiu que o município, apesar de ainda não ter recebido as competências legais da descentralização de competências do Estado Central, para as autarquias locais, está a fazer esse caminho apesar de não ser responsabilidade direta do município, a questão da Saúde Primária, como sabem, mas estão a fazer todo o possível para encontrar forma de os profissionais de saúde terem boas condições de trabalho porque têm sido inexcedíveis.-----

- - Referiu que este veículo é apenas mais um contributo que o município está a dar sem ter, ainda, obrigação legal de o fazer, mas que está a dar para que os cuidados de saúde à população seja assegurado com níveis de qualidade que todos querem.-----

- - Mencionou que está em condições de dizer que o quadro dos médicos que estava previsto colocar na USF Lusitano, felizmente, já está completo com o ingresso de há cerca de um mês do último médico que ainda faltava colocar, que estava em gozo de licença de parentalidade, crê que é isso, neste momento, aquilo que pode dizer é que têm já uma percentagem de cobertura de utentes do SNS em termos de médicos de família através da USF Lusitano que é muito próximo dos cem por cento, esse é um caminho que estão a fazer e muito bem, é natural que ainda nem todas as pessoas tenham tido a oportunidade de conhecer o seu novo médico de família.-----

- - Informou que o Doutor Rocha Lopes vai deixar-nos e aproveitou a oportunidade para registar em ata, o apreço e o reconhecimento pelo seu trabalho que foi desenvolvido ao longo de vários anos no Centro de Saúde de Arruda dos Vinhos, crê que o seu ficheiro já está a ser distribuído pelos outros médicos que assegurarão que o ficheiro clínico de utentes do Doutor Rocha não fique no vazio.-----

- - Referiu que os passos estão a ser dados, infelizmente com o evoluir da pandemia e do processo de vacinação ainda não estão a ser muito notados no terreno, porque há um consumo grande de recursos, que neste momento não permite que os profissionais consigam recuperar aquilo que era preciso recuperar, mas está convencido que assim que o processo de vacinação decorra e que se conclua, coisa que esperam todos que seja o mais breve possível e que tanto quanto possível a normalidade do Centro de Saúde será assegurada crê que isso vai acontecer em breve.-----

INTERVENÇÃO DA VEREADORA CARLA MUNHOZ-----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

- - Referiu que queria deixar uma nota, não é em defesa dos profissionais, mas basta que um utente não tiver oportunidade de conseguir de uma forma eficaz e eficiência o contacto telefónico ou que não consiga a consulta presencial que tanto desejava, mas há que notar que foi feito um esforço muito grande desta equipa de saúde que nunca comprometeu as idades chave, tiveram bem perto de nós Unidades de Saúde que fecharam as portas e Arruda dos Vinhos nunca fechou as portas às idades chave, vacinação, saúde infantil, planeamento familiar e saúde materna foi sempre com a resposta possível em termos de consultas presenciais e não presenciais teve todo o acompanhamento, é claro que no meio de uma pandemia a doença crónica ficou, eventualmente, com algum atraso em termos das consultas de acompanhamento que é legítimo, portanto, são os mesmos a fazer cinco vezes aquilo que faziam antes. -----

- - Referiu que é uma preocupação e a equipa está consciente e tudo tem feito para que de uma forma gradual tal e qual o desconfinamento tem dado resposta possível, é uma preocupação que a equipa está muito consciente e que tudo fará para mitigar a ausência de resposta neste âmbito essencialmente na doença crónica.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR LUÍS RODRIGUES -----

- - Referiu que queria deixar bem claro que é cem por cento a favor desta medida de fazer o protocolo relativamente ao veículo. -----

- - Referiu que também queria que ficasse bem claro que não tem nada contra os médicos ou os profissionais de saúde, mas a realidade que se vive no concelho, isto quase lhe faz lembrar aquela frase célebre que há uns anos foi proclamada "que há mais vida para lá do Orçamento", mais propriamente no Centro de Saúde de Arruda também tem que haver mais vida para além do tratamento da pandemia. -----

- - Mencionou que é evidente que, como disse até hoje e quer manter esta coerência, o Centro de Vacinação, e teve oportunidade de constatar, as vezes que lá foi que funcionou sempre tudo bem. E isso é bom. O aspeto menos positivo é que para funcionar, pelos vistos, tão bem como tem funcionado o Centro de Vacinação prejudica-se a funcionalidade do Centro de Saúde e o Senhor Presidente acabou por dizer um dado que é objetivo que é se nós temos dois médicos que estão afetos ao Centro de Vacinação não podem estar esses dois médicos em simultâneo no Centro de Saúde. -----

- - Referiu que queria salientar que para aqueles munícipes que têm mais dificuldades de acesso ao Centro de Saúde e alguns têm patologias graves têm que ser feito um esforço maior. E nesse aspeto o esforço, tem que ter o apoio do Senhor Presidente da Câmara, que pela sua magistratura de influência, tem que tentar com que o Centro de Saúde seja dotado de mais alguém que possa suprir as faltas, ou que tenha que ser feita ~~haver~~ uma gestão diferente de modo a que possamos inverter muitas das queixas que concidadãos nossos vão manifestando. Não é só ao Senhor Vereador seguramente que o Senhor Presidente também tem conhecimento da falta de atendimento ou de mais morosidade dos atendimentos. Temos que primar pela positiva. Efetivamente este Centro de Saúde tem condições humanas e de instalações que possa cumprir a sua função melhor ainda do que aquilo que tem cumprido, nomeadamente no que diz respeito a todas as patologias que estão para lá da pandemia. -----

*D
Amorale*

- - Referiu que não está apontar o dedo a ninguém, está apenas a salientar essas falhas. Considera que quando se trata de saúde não se trata de defender mais o lado privado ou o lado público, trata-se de defender, pelo menos essa é a sua conceção, quem precisa dos cuidados de saúde é nessa perspetiva que entende que devemos caminhar para que seja prestados os melhores cuidados possíveis.-----

- - Referiu que não tem nada contra o Serviço Nacional de Saúde, o Serviço Nacional de Saúde dá a resposta possível, era bom que pudesse dar mais, não é daqueles que aponta o dedo e diz assim: "mas haverá médicos ou Serviço Nacional de Saúde que queiram que aquilo funcione mal," longe de si esse pensamento, quer que funcione bem que dê as respostas adequadas em complemento com outro sectores, o social e o privado. É uma discussão pública que uns apostam mais numa área do que noutra, mas o que interessa é que o serviço nacional de saúde dê uma resposta adequada, ótimo, não pode dar, terá que se complementar com outros para se conseguir nos momentos de maior dificuldade suprir essas falhas. Se já havia atrasos antes da pandemia na marcação de consultas e de exames, agora este é um fator que ainda se agudizou mais e pôs mais a nu estas dificuldades e é por isso que está a salientar que ela existe e deseja que consigam ultrapassar estes problemas.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA CARLA MUNHOZ -----

- - Referiu que queria deixar uma última nota, que é importante contextualizarem o que estão a passar, nenhum de nós passou por uma pandemia desta natureza, e Deus queira que não vá passar mais, estar a levantar esta questão que é tão vulnerável e que todos sabem e todos fazem dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, um esforço incalculável para como o Senhor Vereador Luís diz, contribuir para que a morosidade do atendimento seja diminuta, mas num momento de pandemia qualquer pacato cidadão aceita com certeza, que há vida para além da pandemia, mas a vida neste momento é evitar a morte, e é isso que têm feito e é isso que estão unidos é evitar que pessoas morram e por isso se houver uma morosidade no atendimento, é uma morosidade que toda a gente sabe o que se passa.-----

Mencionou que inaugurar uma USF no final de dezembro e quando reorganizar os ficheiros atreve-se a dizer que quase com toda a certeza, que tem para cada utente uma equipa de família, está a falar de um médico, um enfermeiro e um secretário clínico, acha que isto é de louvar num momento de pandemia que estão a viver. -----

- - Referiu que o SNS está de parabéns pela resposta que é possível dar, é uma resposta de elevado nível. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - Referiu que se desviaram um pouco do assunto do protocolo da cedência do veículo, mas a discursão estava animada têm que ter estes momentos, até porque estão a falar de um assunto de toda a importância, ninguém aqui desconhece e sobretudo ninguém aqui não tem interesse que as coisas funcionem bem e estão todos nesse objetivo. Infelizmente as condições, atualmente, ainda não podem proporcionar o ambiente para que os profissionais consigam recuperar o atraso que toda esta situação tem. Agora há uma coisa que é importante, nós os responsáveis políticos também temos essa noção, uma coisa é a urgência, outra coisa é a perceção que as pessoas têm da urgência, isto é uma diferença colossal, é óbvio que há muita gente que se habituou a pedir uma consulta, ir ao Centro Saúde a uma consulta presencial com o médico, não queria estar aqui a fazer

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

afirmações, mas é a percepção que tem da conversa que tem com alguns profissionais de saúde, há uma percentagem dessas consultas, uma percentagem que não é despreciable, que provavelmente, não deveriam ser presenciais, ou poderiam não ser presenciais, e a pandemia também tem que servir para conseguirem otimizar a gestão dos recursos e dos tempos médicos é óbvio que não vão estar aqui, isso é uma análise que tem ser feita pelo médico não é uma análise política nem de nenhum decisor político, é o médico que tem que decidir se aquela consulta é por videoconferência, ou se é uma consulta presencial, isso é um ato médico, e os diálogos que têm tido com a coordenadora da USF, a Dra. Luísa, e outros profissionais de saúde que estão neste momento, no Centro de Saúde, percebe que isto vai demorar tempo, as pessoas também precisam de tempo para serem educadas, entre aspas, nesta nova fase que vai entrar, mesmo depois da pandemia, há coisas que a pandemia trouxe, em termos de desmaterialização de processos e de desmaterialização em termos de cuidados que podem continuar a ser aplicados e isso otimiza os recursos, melhora os tempos e é bom para todos, inicialmente pode vir a ser bom para todos. Há pessoas que têm essa percepção de perda, tinham uma, duas ou três vezes por ano uma consulta com o médico e a pandemia, em alguns, casos pode ter tirado isso e foi substituído por uma videochamada ou por uma teleconsulta, há aqui um sentimento de perda de algumas pessoas em relação àquilo que é a percepção que têm dos cuidados de saúde, mas do ponto de vista clínico pode não ser efetivamente uma perda e a percepção do Senhor Presidente, pode estar a dizer um disparate enorme, mas como não é especialista na área pode dizer estes disparates, porque essa é uma decisão médica, ou seja, acha que nenhum de nós tem condições de poder dizer que esta consulta tem que ser presencial e a outra não, isso é uma decisão do médico e do utente, porque a saúde é um processo de participação, mas de todo o modo, tem ouvido médicos a dizer que estão a conseguir assegurar todo o atendimento urgente, emergente e necessário e há questões que estão a colocar em teleconsulta são questões que os médicos entendem que não há necessidade de uma consulta presencial, e o Senhor Presidente como leigo que é, ouvindo isto tem que dar razão, ou seja, se não há necessidade de uma consulta presencial, tendo em conta que estão a viver um tempo de pandemia, não faz sentido aumentar o risco, em chamar as pessoas, para dentro do Centro de Saúde, teoricamente tende a concordar com isso, acha que às vezes confundem a urgência das escolhas com aquilo que é a percepção da urgência das coisas que as pessoas bem ou mal vão criando. Não está com isto a dizer que tem que ser tudo agora teleconsulta, não é nada disso, aquilo que está a dizer é que é um processo gradual é um processo que as pessoas vão aprendendo a lidar. -----

- - Referiu que aquilo que pode dizer, à data de hoje, da Câmara Municipal, e aquilo que diz hoje e para o futuro, é que o município está ao lado não só os profissionais de saúde, mas está ao lado do Centro de Saúde na sua cadeia institucional, seja USF seja UCC ou seja UCSP, todos aqueles que prestam cuidados de saúde através do SNS aos nossos municípios e não só, através do setor institucional podem contar com a Câmara Municipal que pelo menos tem uma coisa boa, vontade e boa fé para encontrar parcerias e para encontrar soluções para os problemas, podem não ter a varinha mágica que resolve imediatamente todos problema, mas têm uma coisa mais importante do que isso, que é boa fé e a boa vontade e espírito de colaboração institucional, nesta medida



foi pedido um veículo por parte da USF Lusitano há cerca de três meses, está presente a esta reunião de câmara de hoje a minuta do protocolo para poderem aprovar o protocolo. -----

-- Mencionou que teve ocasião de ir hoje ao estaleiro verificar o veículo, já está inspecionado e já está em condições de poder, assim que o protocolo for assinado e aprovado pelo executivo, estar ao serviço da população que dele necessita, o município está onde tem que estar, que é ao lado dos seus cidadãos e o municípios, neste caso com esta parceria com ACES para permitir que haja mais um recurso disponível para o Centro de Saúde. -----

- - Recorda que a Unidade Móvel de Saúde, neste momento, não está a funcionar na comunidade, mas está parqueada no Centro de Saúde precisamente para complementar em termos de exames aquilo que é necessário fazer no Centro de Saúde, permitindo assim melhorar a questão sanitária. -----

- - Mencionou que basicamente o município está a reafirmar aquilo que disse sempre desde o início da pandemia, está ao lado de todo o setor institucional, porque todos são poucos para dar a resposta que é precisa ser dada. -----

- - Referiu que este protocolo é mais um passo, sem dúvida que é, não é o reconhecimento de nada a não ser espírito de colaboração como disse, queria que isso ficasse claro até como sabe, competência na saúde não é uma competência direta do município de Arruda dos Vinhos e não queria estar aqui a "colocar a foice em ceara alheia", como se costuma dizer. -----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor: -----

- - "Considerando que: -----

- - A adaptação do Centro de Saúde de Arruda dos Vinhos a Unidade de Saúde Familiar e através da colaboração mútua que tem vindo a ser mantida entre os dois Outorgantes (Município de Arruda dos Vinhos e ACES Estuário do Tejo), a qual pretende oferecer adequados cuidados de saúde à população de Arruda dos Vinhos, dotando a Unidade de Saúde Familiar, de serviços qualificados de proximidade na área da saúde e assegurando um atendimento compatível com os modernos padrões definidos para o Serviço Nacional de Saúde; -----

- - A Unidade de Saúde Familiar de Arruda dos Vinhos vai reforçar a visita domiciliária no âmbito da promoção da saúde aos grupos vulneráveis e de risco, aumentando por um lado o número de visitas domiciliárias, bem como por outros constrangimentos de articulação, disponibilidade e transporte face à escassez de viaturas próprias disponíveis da parte do Centro de Saúde/ACES; -----

- - O Município de Arruda dos Vinhos está na disposição de contribuir para a resolução do problema relativo à falta de viatura, que permitirá incrementar o direito fundamental ao acesso à saúde, com repercussão direta na qualidade de vida das populações, alocando recursos para que o ACES Estuário do Tejo, possa levar a efeito as medidas adequadas à prestação de serviços domiciliários de saúde; -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

- - No âmbito das atribuições municipais no domínio da saúde, compete à câmara municipal, colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central e apoiar atividades incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças. -----

- - Proponho: Nos termos do disposto nas alíneas r) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a aprovação da presente minuta de protocolo de cedência do veículo ligeiro de passageiros de marca Ford, modelo Fiesta com a matrícula 90-JN-76." -----

PONTO N.º 6 - PLANO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – ARRUDA DOS VINHOS-----

- - Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 16 julho. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - Referiu que este ponto diz respeito ao Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas para o Município de Arruda dos Vinhos. -----

- -Referiu que este documento resulta de uma necessidade que sentiram que existia de preparar um grande desafio que vão todos ter coletivamente que a ameaça das alterações climáticas colocam permanentemente sobre a nossa cabeça, e há uma frase que o Presidente Obama já tornou absolutamente notória que é o facto de serem, provavelmente, a primeira geração que está a sentir os efeitos muito agressivos das alterações climáticas. Ainda há uma semana atrás, o centro da Europa, foi absolutamente fustigado por uma questão que não tem outra explicação que não seja este fenómeno de alterações climáticas, isso que fique bem claro, embora haja cientistas que neguem qualquer evidência científica que se possa apresentar sobre esta matéria. O Presidente Obama diz e bem, esta é a primeira geração a ter um contacto com a realidade extrema que as alterações climáticas e a ameaça que ela tem perante a humanidade e é provavelmente a última geração, que poderá começar a fazer alguma coisa para evitar que esta situação se torne de todo em todo incontroável, tendo essa perspetiva em mente e até porque o combate à pandemia e o controlo da pandemia é absolutamente vital à data de hoje, mas o futuro não se compadece só com o combate à COVID-19, mesmo neste processo de reconstrução, após a pandemia, têm que preparar, tendo em perspetiva que as alterações climáticas são um fenómeno tão sério e tão grave que não pode ser negado, e não podem olhar para ele e cruzar os braços à espera que isto se resolva com o passar do tempo.-----

- - Referiu no que diz respeito ao município de Arruda dos Vinhos o trabalho foi, no fundo, mobilizar o meio académico, a Universidade Nova de Lisboa, através da Nova IMS estabeleceram um protocolo para que estas entidades pudessem ajudar o município a desenvolver o seu Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. -----

- -Recorda que fizeram um inquérito à população, que se seguiu em dois momentos, junto à fatura da água, receberam mais de quinhentas respostas, desse inquérito, para além disso, fizeram também, em novembro passado, uma convenção que teve que ser por videoconferência, por causa da questão sanitária, mas fizeram uma Convenção Arruda 2030 no combate às adaptações às alterações climáticas e o resultado quer no

R
Anabela

inquérito, quer do trabalho académico, quer da Convenção que apresentam a proposta do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, que tem como pano de fundo, como não poderia deixar de ser, o PIAAC (Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Oeste) e que conta com vários contributos institucionais. -----

- Referiu que a partir daqui entendem que a discussão não se esgota até porque esta matéria é uma matéria muito relevante e importante, até nomeadamente, outros projetos futuros como o ArrudaLab, também abriram a discussão ao Professor Miguel Freitas, que é quem está a apoiar nesta matéria, e também opinou sobre esta matéria e que entendem que depois da aprovação, na reunião de câmara, se merecer a confiança maioritária dos colegas, é do entendimento do executivo que, antes de propor a aprovação pela Assembleia Municipal, este documento deve passar por um período de consulta pública de entidades específicas que estão mencionadas no documento nomeadamente, APA - Agência Portuguesa do Ambiente; DRAP-LVT - Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo; ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; CCDR-LVT- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo; CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza; ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável. -----

- - Mencionou que este documento está dividido em duas/três grandes áreas, primeira área é o enquadramento e a metodologia que foi seguida, para a discussão e a proposta de documento que agora aqui é apresentada como Plano, depois aquilo que é a visão estratégica que o município tem e medidas concretas que se propõe alcançar e os timings em que essas medidas são propostas a implementar, há um horizonte temporal até 2030, com uma série de medidas que entendem que devem ser aplicadas e aqui o grau de dificuldade quer na operacionalização quer no investimento financeiro e também tem um objetivo que passa pela questão de ser o município que contribua para a meta nacional, como sabem, está estabelecido em 2050 de ser um país de neutralidade carbónica, o objetivo é que o município de Arruda dos Vinhos possa ser até 2040, um município onde haja neutralidade carbónica, isto é, em que a captura de carbono seja superior à produção ou à emissão de gases com efeitos de estufa, nomeadamente CO2 (Dióxido de carbono), esse é o objetivo do executivo. Há uma outra vertente, que tem que chamar a atenção do ponto de vista político para futuro, que é a questão dos recursos hídricos, há uma grande preocupação quanto à matéria dos recursos hídricos e aquilo que é o impacto que as alterações climáticas podem ter a médio longo prazo naquilo que são as captações de água, há de haver na sequência deste plano de adaptação às alterações climáticas a necessidade de conseguir mobilizar toda a inteligência coletiva para conseguiremos fazer aquilo que é preciso ser feito, não só naquilo que o município está a fazer, na gestão de um recurso, tão valioso, como a água e na otimização do mesmo, mas também naquilo que é mais investimento para conseguirem captar recursos hídricos para as atividades no setor primário também que serão muito afetadas caso nada se consiga fazer para que esta eficiência hídrica melhore. -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

- - Mencionou que também na área do transporte, energia e da saúde estão bem determinados os objetivos que têm a médio e longo prazo, este é um documento de planeamento, mas é um documento que nos convoca para ação, ou seja, está feito um diagnóstico bastante exaustivo e que lhe parece bastante profundo.-----
- - Aproveitou a oportunidade para agradecer à Universidade Nova de Lisboa, todo o trabalho desenvolvido, ao longo deste tempo, para que este documento pudesse ser apresentado, à reunião de câmara e fazer o seu caminho até chegar à aprovação da Assembleia Municipal.-----
- - Referiu que este tem que ser um desígnio dos próximos anos, portanto, o horizonte temporal de 2030, é mais do que um ciclo eleitoral daí, não só trazer este documento à reunião de câmara, como promover uma discussão mais qualificada, mais aprofundada do ponto de vista técnico com as instituições que referiu porque é um documento que é muito importante para que o município possa conseguir trilhar um caminho de sucesso no seu futuro, e quando falam em sucesso falam de bem-estar e de saúde sendo fatores fundamentais para qualquer comunidade poder desenvolver-se e sem os quais não poderá fazê-lo. -----
- - O objetivo do executivo é poder aprovar este documento em reunião de câmara, abrir à discussão da comunidade, neste caso da comunidade mais especializada sobre esta matéria e depois recolher os contributos que venham da discussão pública que agora abrem, depois da aprovação da reunião de câmara, como espera que aconteça, e por fim fazer uma aprovação final do documento na Assembleia Municipal, uma vez que é o órgão representativo, máximo do concelho e este é um documento extraordinariamente importante para o futuro a médio prazo para o concelho.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR LUÍS RODRIGUES -----

- - - Referiu que o fenómeno das alterações climáticas é um fenómeno demasiado sério para que não seja encarado de frente, não só a nível dos municípios, mas desde logo a nível da administração Central, isto é, só podem até avançar concretamente a nível local, esta é a sua opinião, se houver aqui políticas coordenadas entre o Estado central e as autarquias. E é nessa interligação, entre umas e outras, que nós seguramente e o país irá avançar no sentido de proporcionar melhor qualidade de vida aos munícipes em Arruda dos Vinhos. -----
- - Referiu que olhando para este Plano não tem nada que possa ser contra, mas tem algumas coisas que o Plano é omissa e que considera importante referenciar, desde logo ter presente a requalificação do Rio Grande da Pipa que o Senhor Vereador Luís acha que é fundamental, sem ter os devidos cuidados com aquilo que são as urbanizações onde é que elas estão a ser aprovadas como é que estão a ser aprovadas. E não aponta o dedo ao presente. Hoje em dia estão mais conscientes destes problemas, seguramente que no passado existiram erros, no presente estão a existir erros e aquilo que espera é que aprendamos todos com os erros cometidos e que no futuro esses erros sejam reduzidos ou eliminados. O que quer dizer com isto, todos sabem, por exemplo, no Bairro João de Deus está a ser construído um edifício numa zona que é leito de cheia, foram colocadas ali terras, está a meia dúzia de metros de um ribeiro que quando há chuvas fortes aquilo transborda e Arruda dos Vinhos não precisa que o Vereador Luís Rodrigues venha chamar à atenção para isto, porque já tiveram fenómenos extremos em Arruda dos Vinhos como as cheias do passado. Todos temos memória daquilo

*A
Anexos*

que aconteceu junto ao antigo colégio, tudo aquilo que se passou quando essas cheias aconteceram. Há aqui problemas sérios para os quais temos que ter o máximo de cuidado e a máxima cautela para evitarem que amanhã, o que hoje está a ser feito, não possa ser apontado como um erro. E que, por vezes, são erros crassos! E hoje sabemos que há fenómenos extremos (e agora vimos isto no norte da Europa) que em dois ou três dias de chuvas intensas provocaram inundações que devastam aldeias, vilas. Portanto, temos que ter o sentido da responsabilidade para construir o mais longe possível das linhas de água, nomeadamente rios e os seus afluentes. -----

- - Referiu ainda, que o Senhor o Presidente disse, e bem, que têm que caminhar para combater o impacto ambiental e que em termos de poluição seja menor do que aquilo que é a pegada do carbono. Estes assuntos têm sido debatidos, e continuarão a sê-lo e enquanto cidadão, (não é preciso estar em partido nenhum), entende que temos que nos debater por um plano de reflorestação do nosso concelho, há zonas que não estão reflorestadas e se estivesse era bom para os proprietários dos terrenos e era também muito bom para o nosso concelho propriamente dito. -----

- - Referiu que quando se fala no próprio Plano na folha quarenta e três, que uma das medidas a implementar é a "promoção da plantação de árvores e jardins e o desenvolvimento de arruamentos adaptados à variabilidade climática", pede para que o Senhor Presidente não lhe leve a mal, mas é o que é, tiveram aqui algumas urbanizações em que substituíram os espaços verdes por espaços de pedra e isso quer queiram quer não, não vai ao encontro desta preocupação! O Senhor Vereador assina por baixo esta preocupação de dizer têm que apostar nos desenvolvimentos de arruamentos adaptados à variabilidade climática, arruamentos com árvores isso traz vantagens, dir-me-á, mas também no futuro sabem que há problema das secas, e o problema como é que se vai manter isto, tudo. Bem, têm que adaptar as espécies aquilo que os estudos dizem que devemos fazer. -----

- - Referiu que começou por dizer, se este plano não tem nada que possa dizer que é contra e que as medidas apontadas são bem-vindas, faltam aqui a implementação disto, para não estarem a por no papel uma coisa e na prática executarem medidas que são contraditórias, referiu estes dois exemplos o Bairro João de Deus, e algumas urbanizações em que há uma redução de plantação de árvores, como haverá outros arruamentos que terão condições para melhorar e socorrer desta mesma plantação. -----

- - Referiu que compete nesta missão enquanto cidadão, alertar para esses aspetos e acha que devem minimizar na nossa vila o risco de cheias, porque já tiveram exemplos no passado que foram gravíssimos. Temos que apostar, e concordo com isto, na plantação de árvores e de espaços que permitam de alguma forma manter este combate à poluição. -----

- - Referiu que as medidas e a preocupação vertida no documento é uma preocupação que nós acompanhámos, mas têm que concretizar e objetivar isto, e quando diz objetivar parece-lhe que esta questão do Rio Grande da Pipa que atravessa grande parte da vila, o Senhor Vereador teme que o futuro possa trazer problemas se não fizerem nada que permita regular caudais, que permita tratar das margens que permita

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

manter a biodiversidade, mas com esta preocupação no equilíbrio que é necessário terem e que para o Senhor Vereador não podia deixar de, neste momento, que estamos a discutir este Plano, de alertar para essas matérias.-----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR VALE ANTUNES -----

Referiu que queria deixar uma palavra de reconhecimento, pelo facto de o município de Arruda dos Vinhos ter encarado de frente um problema tão complexo que hoje é transversal no mundo, e portanto, criar condições para minimizar esses impactos, no futuro, e deixar uma nota, que é extremamente relevante, que é o facto deste documento, uma vez aprovado em reunião de câmara, fazer um percurso importantíssimo de consulta pública às entidades que referiu, e naturalmente, minimizar aquilo que de menos bom foi feito, que é normal, e criar condições objetivas para os impactos climáticos no município de Arruda dos Vinhos, sejam, de alguma maneira, trabalhados tecnicamente, cientificamente e depois na prática. -----

- - O Senhor Vereador referiu que acrescentava duas ou três notas, o nosso município é um minifúndio vinhateiro que era cultivado há dez, vinte ou há trinta anos atrás, hoje, uma grande parte do minifúndio vinhateiro são árvores e mato que cresceram e sobre o qual nunca houve um pensar, naturalmente, que este olhar, também, desta ferramenta tão importante, que permitirá, nesta vertente, como noutras, nomeadamente a questão da eficiência hídrica, onde naturalmente todas as situações inerentes às linhas de água irão estar presentes, era esta nota global de reconhecimento, mas de enfatizar uma opção estratégica tão importante e dotá-la de valores acrescentados cientificamente e que essa consulta pública naturalmente vai propiciar. -----

- - Referiu que queria deixar aqui esta nota de reconhecimento deste trabalho, são coisas que não é com um estalar de dedos, vai demorar muito tempo, o Rio Grande da Pipa já há muitos anos devia ter sido intervencionado e nunca o foi, passo a passo as coisas irão seguir o seu caminho e as preocupações que são naturais e objetivas e minimizadas no futuro e era exatamente esta nota de positividade por este passo importante que o município acaba de dar, nesta ferramenta estratégica, das condições climáticas do futuro. ----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - O Senhor Presidente começou pela questão do Rio Grande da Pipa, efetivamente, ele não é aqui destacado de uma forma individualizada nem específica, mas este documento fala muito sobre a preocupação da estabilidade das vertentes e aquilo que é as linhas de água, a conformidade das linhas de água, naturalmente que o Rio Grande da Pipa está incluído nessa situação não fala especificamente, mas é uma das matérias que o grupo de trabalho falou e estão neste momento com estudo dos ecossistemas dos solos e crê que vão apontar para essa questão como matéria crítica e que terá que ser apreciada como um todo. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR LUÍS RODRIGUES -----

- - Referiu que não evidencia esta questão do rio. -----

- - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - Referiu que fala nas linhas de água e o Rio Grande da Pipa passa um pouco despercebido nesse contexto, mas pensa que isto estará nas preocupações dos técnicos que estão a trabalhar essa matéria e como disse o

*A
Anacle*

Senhor Vereador Vale Antunes, e muito bem, vão abrir um novo período de discussão tem esse objetivo mesmo, que é enriquecer este documento e no fundo poder fazer aquilo que o Senhor Vereador Luís Rodrigues disse, e ao ver do Senhor Presidente, e muito bem, é impossível terem aqui uma estratégia de elaborar um plano destes, sem ter também o alinhamento com aquilo que são as políticas a nível do Governo Central e daquilo que é o Estado Central e, portanto, nessa medida também envolvendo aqui nesta discussão as diversas entidades mencionadas, o Senhor Presidente diz que são os organismos da administração central mais capacitados para se poderem pronunciar sobre esta matéria e também espera que da discussão com os técnicos destas entidades, possam também enriquecer o documento e alinhar com aquilo que são os objetivos, estabelecidos a nível do país. -----

- Referiu que quanto a erros etc não se vai pronunciar muito sobre isso. -----

- - Quanto à questão do Bairro João de Deus, quer dizer o seguinte o novo edifício que está a ser construído foi em cumprimento dos objetivos e das normas aplicáveis do PDM em vigor, tem um distanciamento superior a dez metros da linha de água além disso, houve um ensaio geotécnico, crê que foi do conhecimento dos Senhores Vereadores, inclusivamente levou a que tivesse que haver uma alteração ao projeto inicial, se bem se recordam que o novo edifício demorou mais tempo a arrancar, porque tiveram que ser criadas setenta e quatro micro-estacas que resulta dessa ensaio geotécnico, já estão a colocar a discussão num ponto técnico e tem que acreditar que a empresas Geocontrole, quando faz o ensaio geotécnico e quando o projetista, após o ensaio geotécnico chega à conclusão que para a estabilidade do edifício as setenta e quatro micro-estacas são a melhor solução e que a execução da obra segue exatamente aquilo que foi o relatório técnico da Geocontrole e no fundo a alteração ao projeto levado a cabo pelo projetista, da parte do município pensa que o nosso trabalho foi feito, isto é, houve quem tivesse que se pronunciar sobre essa matéria o município criou condições para ir ao encontro daquilo que é a análise técnica nessa medida queria deixar isso bem claro, que o edifício que ali está seguiu as melhores regras de arte aplicáveis ao caso concreto, pelo menos da informação que os serviços lhe fizeram chegar e é aquela que está em condições de partilhar com os colegas.-----

- - Referiu que o Plano de Reflorestação, ele está aqui bem presente no documento é uma evidência, que o Senhor Presidente já tem falado sobre isso inclusivamente em reunião de câmara, precisam não só de reduzir emissões, isto é um facto, têm que o fazer, mas precisam de aumentar a biodiversidade para aumentar a captura carbónica, isso já foi dito e este documento vem também alinhar dentro deste estratégico que é uma inevitabilidade e que o Senhor Presidente acompanha.-----

- - Referiu que quando se fala de exemplos gostava de dar outros exemplos, quando fizeram a requalificação do Jardim Municipal, há pelo menos vinte cinco árvores novas que plantaram, nessa requalificação, umas passam despercebidas outras estão lá de grande porte e de boa saúde. No Parque das Rotas foram qualquer coisa como duas centenas de árvores que foram plantadas, espécies autóctones. No Casal do Telheiro fizeram uma intervenção, as copas das árvores são bastantes grandes com um tamanho simpático naquela requalificação que foi feita foram cerca de trinta a quarenta árvores novas que foram colocadas. -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

- - Mencionou que quando foi a intervenção do supermercado Continente e aquela requalificação da margem direita da Avenida Eng. Adriano Brito da Conceição, nessa intervenção foram colocadas novas árvores que não existiam. -----

- - Na Rua Francisco Borges com a intervenção que houve junto à Adega Cooperativa, até foram criticados por alguns comerciantes e houve quem tivesse dado voz a essa pretensão que estavam a cortar lugar de estacionamento, onde não existiam, se bem se recordam não estava pavimentado era uma berma que existia não era lugares de estacionamento, que estavam a colocar arvorezinhas e estavam a cortar lugares de estacionamento, tem que haver coerência com estas coisas, ou seja, quando se faz a intervenção no espaço público como fizeram e como estão a fazer e que se colocam árvores, tem que se ter a coerência de se perceber que não se pode ter "sol na eira e chuva no nabal", como disse sabiamente o nosso povo, isso é feita à custa de alguma coisa, estão a fazer esse caminho e têm vários exemplos aqui, em curto espaço de tempo deu quatro ou cinco exemplos que são absolutamente lapidares sobre essa matéria. -----

- - Referiu no que diz respeito à colocação de alguns materiais inertes em alguns espaços, também podem falar sobre isso estão à vontade para o poder fazer, e queria deixar isso bem claro, que em nenhum desses canteiros houve corte de árvores o que houve, e está aqui o Senhor Vereador Mário Anágua que não o deixa mentir, foi que havia canteiros que não tinham, àquela data, sistema de rega a funcionar e para o pôr a funcionar, para além do investimento público que era preciso fazer, há o investimento do custo da água, andarem a polarizar um pequeno espaço verde para além dos problemas da necessidade de manutenção que precisam que haja injeção de água, preferem fazer isso num sítio como o Parque das Rotas, em que conseguiram concentrar ali, injetar uma bolsa de água e conseguiram manter, embora também às vezes, com alguns problemas, mas têm tentado fazer isso, o que não podem é prometer um Jardim à porta de cada arrudense, isso é demagógico e tem um custo ambiental tremendo, porque estão a gastar água desnecessariamente, aquilo que fizeram foi fazer esse trabalho em alguns casos, na urbanização Fonte do Ouro, até fizeram uma sessão em que consultaram as pessoas sobre essa matéria e preferiam perder, não um relvado, mas já se podia chamar um ervado, poderiam perder isso e ganhar outras valências, as pessoas falaram na questão do estacionamento atrás dos prédios, pavimentaram aquela faixa que estava por pavimentar causava muito incómodo por causa do pó. Tudo isto foram processos que foram feitos e nem sequer estão a ser pioneiros. Gostava de recordar às pessoas que têm andado, por vezes, um pouco distraídas, ou que chegam a Arruda dos Vinhos agora, e não se lembram do que aconteceu há mais tempo, a intervenção em S. Lázaro, junto ao Rio de São Lázaro, em que foi posto, naquele talude, bem ou mal, uma série de elementos rochosos e inertes tem pelo menos quinze anos ou talvez mais, é bom que se perceba que, se no passado, esse elementos serviam agora não servem apenas porque a pessoa que está à frente da Câmara não é tanto a nossa cor político-partidária, não é coerente, não é razoável nem lógico que seja apontado como argumento. -----

- - Referiu se perguntarem ao Senhor Presidente se fizeram tudo bem, é o primeiro a dizer que às vezes não fazem, erram, errar é humano, não é daqueles políticos que o diz que nunca se engana e que raramente têm

Anexo

dúvidas, já houve uma personagem no passado que falava sobre essa matéria, o Senhor Presidente não tem essa categoria nem capacidade, aquilo que pode dizer é o seguinte, têm consciência que nesta questão do ambiente, têm que ter uma ação política firme e este Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, não sabe se há muitos municípios no país que tenham avançado com este passo, na nossa região sabe que não existem muitos, mas entende o executivo que é uma matéria absolutamente importante, ou seja, têm com base no conhecimento científico no meio académico na discussão que foi feito e naquilo que ainda vai vir da consulta pública reconhecer que há um trabalho que é preciso fazer, não é para este ciclo eleitoral é para vários ciclos eleitorais, que é muito importante ser feito e que os arrudense não nos perdoarão se não for feito, porque está em causa a saúde e o bem-estar da nossa comunidade e portanto, é importante que tenham este documento que ele seja legitimado do ponto de vista político e técnico e que mais do que essa legitimidade a partir daqui e no próximo ciclo eleitoral que se abrir, independentemente de quem venha a ganhar as eleições, que haja capacidade de olhar para este documento e de o poder executar, é isso que está convencido que todos arrudense vão exigir de quem quer que esteja em funções. Este documento é apenas isso, é o reconhecimento de que para além de haver mais vida para além da pandemia, que já foi aqui dito, tem que haver mais vida para além das eleições e sobretudo tem que haver vontade empenhamento e a capacidade de trabalharem juntos para um objetivo e para um desafio enorme que têm pela frente que é, preparar o município para enfrentar este fenómeno das alterações climáticas. Não vale a pena negar a evidência científica, e sobretudo a questão dos recursos hídricos que são absolutamente críticos a médio prazo não está a falar até 2050, se calhar antes disso, tudo o que seja perder tempo em discussões que não importam, não quer dizer que seja o caso em que estão a fazer aqui hoje, mas é tempo perdido para resolver problemas que são precisos mesmo resolver e o combate às alterações climáticas não admite que haja hesitações, têm que ter mesmo um Plano, e mais do que ter um Plano, que agora vai passar a ser uma realidade em breve, espera, têm que ter a mesma vontade e a capacidade de se mobilizarem em comunidade e em comunidade conseguem resolver, não é só o setor público que vai ser mobilizado, têm que ser todos, porque só todos é que conseguem enfrentar este desafio.

INTERVENÇÃO DO VEREADOR LUÍS RODRIGUES

-- Referiu que ouviu atentamente o Senhor Presidente, mas queria dizer que não aponta o dedo porque não são da mesma cor-partidária, o Senhor Vereador não funciona nessa base, o Senhor Presidente referiu que o talude junto ao ringue de S. Lázaro, já tinha sido feito com pedras e tudo mais. Tudo bem. Por isso o Senhor Vereador Luís diz que este Plano, não tem nada que seja contra, mas tem coisas que falta evidenciar. Quando nós erramos procuramos corrigir e por isso é que evoluímos todos! Da parte do Senhor Vereador Luís Rodrigues ou da parte do PSD enquanto cá estiver, já falta pouco tempo para terminar este mandato, o papel que assumiu é o de dizer o que acha que é importante fazer, isto é, querem zonas verdes e querem reflorestar. Referiu que o projeto que apresentou a votos, propunha que fossem plantadas, segundo pensa, quinhentas as árvores anuais, acha que a medida era essa, vale o que vale, como o Senhor Presidente dirá, e dirá com toda a justiça, é que o

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

seu manifesto eleitoral é que foi sufragado e do Senhor Vereador não foi. Tudo bem, mas quando diz que estão a colaborar em conjunto, o contributo do Senhor Vereador tem que ser na área de apontar aquilo que devem fazer de melhor porque se o Senhor Presidente responde que na urbanização da Fonte do Ouro que estava lá era um herbário bom, o maior herbário deste concelho, não sabe se já está reparado, mas até há pouco tempo, antes da última intervenção, era o Parque das Rotas! De relva pouca ou nada lá tinha! Basta comparar este parque urbano com um parque aqui bem próximo de nós e não é preciso ir muito longe, basta ir à Venda do Pinheiro e vê-se a diferença de um espaço verde, com relvados extensos, e nosso Parque das Rotas. Mas não quero entrar por esse caminho. Estão aqui todos para resolver problemas, mas se as medidas em concreto é apostar na reflorestação, cuidar dos rios, das margens então, pode dizer que estão na mesma linha. Costuma-se dizer que quando se tem razão antes de tempo é a mesma coisa que não ter razão, mas quando as medidas forem ao encontro destas preocupações de dar às gerações futuras, mais e melhor qualidade de vida, isso não há dúvidas que o PSD estará sempre ao lado dessas medidas. -----

- - Referiu que o edifício do Bairro João de Deus está a dez metros da linha de água pelas regras que estão em vigor, mal seria que o Senhor Vereador tivesse aqui a discutir com o Senhor Presidente e lhe passasse pela cabeça que o Senhor Presidente andava a aprovar obras em violação da lei. Não é isso que está em causa. O que estão a ver hoje e o Senhor Vereador preocupa-se com estas questões, se calhar os dez metros que ali estabelecem deviam de estabelecer quinze ou vinte, porque aquilo que se vê por esta Europa fora é que se calhar os dez metros são insuficientes! Estão aqui, e bem, e à que realçar isso e o Senhor Vereador Vale Antunes também o referenciou, isto é um ponto de partida, muito bem, não é um ponto de chegada e como ponto de partida que têm todos que contribuir naquilo que querem não podem depois é dizer está a fazer o que está na lei, pois está, estão todos por isso é que começou por referenciar as políticas têm que vir do poder central e as leis se calhar têm que ser alteradas de maneira a haver uma maior proteção do país face a estes problemas que já sabem que eles vêm aí, não sabem quando, mas eles vêm, isso é um dado adquirido. Não sabem quando é que vão ter uma devastação como aconteceu na Europa, mas tudo indica que mais tarde ou mais cedo isso vai acabar por acontecer se não forem tomadas medidas. O que têm que fazer e como cidadãos que estão empenhados no bem-estar das nossas comunidades, é alertar para que haja uma tomada de consciência sobre estas matérias e que sejam implementadas medidas que a lei hoje até pode permitir, mas que amanhã terão que ser mais restritivas de maneira a proteger melhor as nossas comunidades. É nesse aspeto que queria evidenciar a sua intervenção. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - O Senhor Presidente queria esclarecer um ponto, não disse, em momento algum, que a intervenção que foi feita nos taludes de S. Lázaro tinha sido um erro, não se pronunciou sobre essa matéria, o que constatou foi um facto, foi uma intervenção que foi feita, teve um contexto e foi feita na altura, e é legítimo, mas tem que haver aqui, um bocadinho, também, de resenha histórica, sobre esta matéria, mas não se quer alongar sobre isso, o documento é demasiado importante para estarem a deter-se com coisas que não merecem a atenção. ----



- - Referiu o que está para ser deliberado é, o município entende que para além daquilo que são as metas nacionais, há um caminho que tem que fazer, identificam um problema, socorre-se do meio académico para poder, não só, identificar o problema, como também sugerir algumas medidas de ação que foram estudadas para o que é o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas e o que pretendem é contribuir, enquanto município, para que este desafio tenha uma prioridade política, porque são agentes políticos todos os que aqui estão e no fundo criar condições para que a médio prazo este plano seja executado. É óbvio que tem consciência, e todos têm, e por isso há medidas que têm diferentes horizontes temporais, não vão conseguir fazer isto de uma assentada nem num estalar de dedos, isto vai ser uma empreitada exigente nos próximos dez anos, tem consciência disso. -----

- - Referiu que quando deu este exemplo esqueceu-se de evidenciar o que fizeram recentemente com os escuteiros na Quinta da Murzinheira onde foram plantados dezenas de pinheiros, têm esse objetivo e assumem que esse é um objetivo político, ou seja, fazer a reflorestação. Agora, no momento em que estão, através do ArrudaLab fazer um estudo ecossistemas do concelho um mapeamento dos ecossistemas, não faz sentido estar a dizer que vai ser do ponto A ou no ponto B, até porque é uma questão mais técnica do que propriamente decisão política. -----

- -Mencionou que estão a investir recursos do município para estudar e conhecer melhor, têm essa humildade, precisam de estudar este problema, perceber onde é que têm que melhorar, e a partir das conclusões do ecossistema e deste Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, têm que pegar nas conclusões técnicas e decidir politicamente, quanto é que vão alocar a cada uma das missões que têm pela frente quanto é que vão meter no plano hídrico, quando é que vão meter na reflorestação, quanto é que vão meter na sensibilização do setor primário, do setor dos transportes, do setor habitacional, etc porque tem repercussão nos transportes, na habitação, nos recursos hídricos e no setor primário, têm uma abrangência enorme da áreas de intervenção seria *naïf* da parte da Câmara estar a dizer que a aprovação deste Plano, por si só, resolve os problemas, não está nada resolvido, como disse o Senhor Vereador Luís Rodrigues, isto é um mero ponto de partida, é a convicção alicerçada em trabalho académico produzido de que este é um plano que se o conseguirem alcançar, até 2030, estão mais seguros de que têm um futuro melhor para o concelho, se a execução respeitar integralmente o que está no Plano, se depois não houver um evento qualquer, que venha determinar, daqui a três ou quatro anos que afinal estavam a ver numa perspetiva, mas é necessário atacar outra frente, com mais prioridade, os Planos têm que ser dinâmicos, é como disse o Senhor Vereador Luís Rodrigues, e muito bem, é um ponto de partida e é convicção e a assunção política de que este é um tema absolutamente crítico e exigir para além do diagnóstico que exige uma tomada de ação para ontem, é este o ponto de partido, se o Plano vai mais para a direita ou mais para a esquerda, não sabe, o Plano vai fazer o seu caminho, vão auscultar as entidades que a nível nacional são as mais habilitadas para se poderem pronunciar sobre esta matéria, vão envolver também a sociedade civil através de associações ambientalistas que acha que têm que ser envolvidas e têm muita experiência nesta e noutras matérias, a partir daqui, apresentam uma

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

versão final do Plano para ser aprovado na Assembleia Municipal, mas isto nunca será uma bíblia sagrada a todo o momento pode e deve até ser monitorizado até propõem se tiverem essa oportunidade, uma comissão para monitorizar a execução deste Plano, porque será muito exigente e deve mobilizar toda a sociedade e ser representado por todos os setores, é convicção do Senhor Presidente de que este Plano vem no tempo certo para tentar fazer aquilo que é possível fazer para melhorar a vida dos concidadãos no futuro, é única pretensão, neste momento, que este Plano tem. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR LUÍS RODRIGUES -----

- - O Senhor Vereador Luís Rodrigues referiu que o período de trinta dias úteis de discussão pública vai cair em cima das eleições. Como sabem não é candidato à câmara e não sabe qual é a postura do atual candidato à câmara relativamente a estas matérias. Os seus contributos deixou-os aqui nesta reunião. Mas queria chamar a atenção para isso, o PSD pode ter contributos sobre esta matéria, que podem ser aceites ou não, já não lhe compete a si fazê-lo, compete ao Senhor Vereador fazê-lo nesta discussão e dizer o que lhe vai na alma. Os outros candidatos dirão aquilo que é o entendimento deles, mas resta praticamente um espaço zero para que o PSD possa, perante o conhecimento de um documento desta natureza de extrema importância, são documentos como costuma dizer dinâmicos, estão sempre a evoluir e a colher contributos quer da comunidade científica quer da comunidade local nos diversos setores, manifestar as suas opiniões e dar o seu contributo. No fundo vão ter aqui na prática pouco tempo para essa manifestação de opinião e contributos, porque agosto é um mês de férias, ninguém vai dar contributos nenhuns, setembro é o mês das eleições, não há aqui muito. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

Referiu que o objetivo, até porque só têm mandato até essa data, era propor que, na última Assembleia Municipal, se pudessem pronunciar sobre esta matéria, que será em setembro, mas ainda não tem a data da realização da Assembleia. -----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR LUÍS RODRIGUES -----

- - Referiu que uma vez que estão na véspera das eleições autárquicas, sugeriu que fizesse circular este Plano pelos grupos parlamentares da Assembleia Municipal para darem contributos de forma a enriquecer o Plano. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

- - O Senhor Presidente referiu que não lhe custa nada fazer isso, uma coisa que procuram fazer é envolver as oposições naquilo que são os documentos estratégicos, daí levar à Assembleia Municipal porque entende que devesse representar a vontade de todos os Arrudenses, não há órgão como Assembleia Municipal para ter esta representatividade e está disponível para fazer esse caminho. -----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor: -----

- - "O Plano Municipal de Adaptação às alterações Climáticas do Município de Arruda dos Vinhos (PMAAC- AR) é um documento estratégico que visa reduzir a vulnerabilidade climática no município e promover a adaptação às alterações climáticas, através de um conjunto de medidas e ações identificadas para diferentes setores prioritários, bem como pretende mobilizar e informar a comunidade municipal. -----

- - Este Plano surge na sequência de múltiplas iniciativas / projetos / ações locais desenvolvidas, ao longo dos últimos anos, pela Câmara Municipal e entidades parceiras. Desses projetos podemos destacar o ArrudaLab, Programa Eco-escolas, a revisão do PDM, o Plano Municipal para a redução de perdas de água, o investimento na rede de saneamento básico, a instalação de carregadores elétricos e a substituição da frota de viaturas municipais por veículos elétricos, substituição de aplicação de produtos fitofarmacêuticos nos locais públicos adotando o recurso à Monda Térmica, o estudo do mapeamento dos serviços dos ecossistemas e do projeto Interreg MED PrioriEE+. -----
- - O Plano está em conformidade com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA, 2020) e o PIAAC- Oeste (2019) e alinhado com as preocupações sentidas por todas as organizações nacionais e internacionais que têm estudado e dedicando-se a este tema ao longo dos anos. -----
- - Para a elaboração do Plano foi considerando o inquérito feito à população, realizado pela NOVA IMS em Fevereiro 2020 e Outubro 2020. O inquérito teve como objetivo avaliar as perceções dos residentes do município de Arruda dos Vinhos sobre alterações climáticas, especialmente no que respeita à consciência da emergência climática; objetivos estratégicos do PIAAC- Oeste (2019); e hábitos de vida sustentável. Foram obtidas 578 respostas. -----
- - Considerando ainda, a Convenção Arruda 2030- Adaptação às Alterações Climáticas que decorreu entre os dias 10 e 17 de novembro de 2020, integrada no desenvolvimento do Plano de adaptação às alterações climáticas de Arruda dos Vinhos, que teve como principal objetivo envolver a sua comunidade em quatro sessões temáticas: -----
 - - i) O papel dos municípios nas alterações climáticas; -----
 - - ii) Educação ambiental; -----
 - - iii) O papel da economia circular; -----
 - - iv) Adaptação da agricultura às alterações climáticas. -----
- - Destas sessões foi possível captar um conjunto de perceções dos participantes face às diferentes temáticas, bem como sensibilizar para a importância do tema. -----
- - Para complementar a recolha de informação efetuada através dos diferentes momentos foi conduzida uma análise documental que permitiu aferir algumas das opções identificadas. -----
- - Nestes termos, e em face do exposto, proponho, que, para os efeitos no disposto na alínea K) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal delibere: -----
- - a) Aprovar com o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Arruda dos Vinhos, em anexo à presente proposta; -----
- - b) Determinar a submissão do mesmo a consulta pública, pelo prazo de 30 dias úteis, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo e em simultâneo proceder à audição, em sede de audiência prévia, no mesmo prazo às seguintes entidades: APA - Agência Portuguesa do Ambiente; -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

DRAP-LVT - Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo; ICNF -Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; CCDR-LVT- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo; CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza; ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável; -----

- - c) Determinar o seu envio à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no caso de não surgirem sugestões após o decurso do prazo de consulta pública e da audiência prévia. " -----

- - Nota: Primeira proposta desmaterializada, assinada digitalmente, no âmbito de processos em curso de desmaterialização de procedimentos da Administração Local no Município de Arruda dos Vinhos. -----

PONTO N.º 7 - REGULARIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DA ÁREA DE 765 M2 PARA DOMÍNIO PÚBLICO

MUNICIPAL - REQUERENTE: MANUEL FLORINDO DA EIRA -----

- - Presente proposta da Senhora Vice-Presidente, datada de 21 de julho. -----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor: -----

- - "Considerando: -----

- - O requerimento de destaque de parcela solicitado por Manuel Florindo da Eira para o prédio rústico denominado "Espargal" sito na Rua da Várzea n.º 9 em Arranhó, a confrontar do Norte com Regueira, do Sul com Estrada Municipal, do Nascente com Caminho público e do Poente com Álvaro Assis Lourenço, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 19 da Secção S, da freguesia de Arranhó e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arruda dos Vinhos sob o n.º 2986; -----

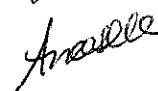
- - Que de acordo com a informação dos serviços técnicos o caminho público existente a poente não foi regularizado em termos patrimoniais a cedência para o domínio público viário municipal; -----

- - Que de acordo com a informação prestada pela Junta de Freguesia de Arranhó, foi confirmado a existência do caminho há mais de vinte anos bem como a manutenção do mesmo pela referida entidade; -----

- - Que segundo o levantamento topográfico efetuado pelos serviços foi apurada a área de 765 m² afeta ao uso do domínio público viário, encontrando-se o arruamento alcatroado e com rede de saneamento básico; -----

- - Nestes termos, proponho, que a Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua atual redação, conjugado com o disposto na alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, declarar a área de 765 m² retirada do prédio rústico inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 19 da Secção S, da freguesia de Arranhó, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arruda dos Vinhos sob o n.º 2986, afetada ao domínio público viário municipal." -----

PONTO N.º 8 - PEDIDO DE PARECER FAVORÁVEL DE COMPROPRIEDADE NOS TERMOS DO ARTIGO 54.º DA LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI N.º 64/2003, DE 23 DE AGOSTO – REQUERENTE: MANUEL LUIZ PATA -----



- - Presente proposta da Senhora Vice-Presidente, datada de 21 de julho.-----
- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada com o seguinte teor:-----
- - "Considerando que:-----
- - O requerente solicita a emissão de parecer, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de transmissão em que resultará a constituição de compropriedade do prédio misto denominado "Casal do Ouro ou Lavareda", situado em Arruda dos Vinhos, com a área total de 23640 m², composto por vinha, cultura arvense, árvores de fruto, oliveiras, dependência agrícola e casa de rés-do-chão para habitação com a s. c. 80,80 m² e arrecadação com a s. c. 79,70 m² e logradouro com 1278 m², a confrontar do Norte com Filipe Carvalho, do Sul com Caminho, do Nascente com Caminho e do Poente com Herdeiros de Manuel Pedreira, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 41 da Secção U e na matriz predial urbana sob o artigo 2288, da freguesia de Arruda dos Vinhos e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arruda dos Vinhos sob o n.º 3581/20090511. -----
- - Prossequindo a Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, o objetivo de impedir a constituição de circunstâncias que propiciassem o surgimento de loteamentos clandestinos, o legislador consagrou no n.º 1 do artigo 54.º o dever de que *"a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulta ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de partes de prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal da situação dos prédios"*, ferindo com nulidade todos os atos ou negócios jurídicos celebrados em violação deste dever.-----
- - Nos termos do n.º 2 da mesma disposição legal, o parecer "(...) só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio vise ou dele resulte parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos. (...)". -----
- - Analisando o enquadramento legal desta norma no ordenamento jurídico urbanístico atualmente em vigor, resulta numa contradição o facto de não se vislumbrar como juridicamente válida a emissão de parecer desfavorável relativamente a estes pedidos em face do atual regime legal dos loteamentos urbanos, plasmado no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que remete para a "vontade dos proprietários" a sujeição a licenciamento das operações de divisão ou reparcelamento fundiário (cfr. n.º 3 do artigo 4.º do RJUE). -----
- - Em face deste regime, não vemos como se possa alegar que da mera constituição de compropriedade ou aumento de partes de um prédio rústico resulta "parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos", quando o RJUE admite que o próprio parcelamento jurídico de prédios não destinados a imediata urbanização ou edificação pode ser promovido sem qualquer licenciamento prévio *"por mera vontade dos proprietários"*, pelo que em face do regime consagrado para os loteamentos urbanos, o município estará sempre vinculado a emitir parecer favorável, nestes casos. -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

- - Ora, no caso em apreço, o pedido de parecer pretende servir de base à transmissão prédio misto denominado "Casal do Ouro ou Lavareda", situado em Arruda dos Vinhos, com a área total de 23640 m², composto por vinha, cultura arvense, árvores de fruto, oliveiras, dependência agrícola e casa de rés-do-chão para habitação com a s. c. 80,80 m² e arrecadação com a s. c. 79,70 m² e logradouro com 1278 m², a confrontar do Norte com Filipe Carvalho, do Sul com Caminho, do Nascente com Caminho e do Poente com Herdeiros de Manuel Pedreira, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 41 da Secção U e na matriz predial urbana sob o artigo 2288, da freguesia de Arruda dos Vinhos e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arruda dos Vinhos sob o n.º 3581/20090511, da qual resultará a compropriedade do prédio na proporção de ½ a favor de Hamilton Valente Seiroco e ½ a favor de Vanda Marina da Silva Tavares. -----

- - De acordo com a informação técnica de 13 de julho de 2021 e a planta de ordenamento e de condicionantes juntas à informação, em termos de classificação do Plano Diretor Municipal, "(...) o prédio em causa localiza-se em espaço agrícola – área agrícola não incluída na RAN." -----

- - Nestes termos, proponho, para os efeitos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, não se vê inconveniente na emissão de parecer favorável, pela Câmara Municipal, na constituição da compropriedade do prédio em apreço e nos termos requeridos." -----

Deliberações / Minutas -----

- - De todas as deliberações anteriores foram redigidas minutas, as quais foram aprovadas e assinadas pelos intervenientes de modo a produzirem efeitos imediatos, ficando os respetivos documentos devidamente arquivados, na pasta a que respeita esta ata.-----

Documentos para Conhecimento-----

Resumo Diário de Tesouraria-----

- - A câmara municipal, tomou conhecimento da posição da Tesouraria, através do respetivo resumo diário do dia anterior a esta reunião, o qual acusava um saldo orçamental de euros 1 068 274 (um milhão sessenta e oito mil, duzentos e setenta e quatro euros). -----

Licenciamento de Obras Particulares -----

- - Presente relação dos processos objeto de despacho pelo Sr. Presidente da câmara conforme consta na deliberação de 30 de outubro de 2017 -----

- - Processo n.º 64/2021 – Luís Filipe Coelho Ferreira-----

Licenciamento de alteração de muro existente e construção de telheiro sito em Rua 25 de abril, n.º 6, freguesia de Cardosas. -----

Deferido por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 09/07/2021, em conformidade com o parecer dos serviços. -----

- - Processo n.º 92/2021 – Lidl & Companhia -----

Licenciamento de alteração e ampliação do supermercado Lidl, sito em Estrada Nacional 248, Km 18,5, Casal do Vale Quente, freguesia de Arruda dos Vinhos.-----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 26 de julho de 2021

Deferido por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 14/07/2021, em conformidade com o parecer dos serviços. -----

- - Processo n.º 111/2021 – Luís Filipe Correia Luzio -----

Licenciamento de construção de piscina, sita em Quinta da Mata, freguesia de Arruda dos Vinhos. -----

Deferido por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 14/07/2021, em conformidade com o parecer dos serviços. -----

- - Processos despachados pela Sr.ª Vice-Presidente, nos termos do despacho n.º 3218 de 30-10-2017, sub-delegação de competências por parte do Sr. Presidente da Câmara de 30-10-2017. -----

- - Processo n.º 92/2018 – Carla Cristina Cardoso dos Santos -----

Pedido de substituição do titular do alvará de construção. -----

Deferido por despacho da Sra Vice-Presidente da Câmara de 20/07/2021, em conformidade com o parecer dos serviços. -----

Comunicado n.º 12/2021 -----

- - Proteção Civil, datado de 09/07/2021 -----

Comunicado n.º 13/2021 -----

- - Proteção Civil, datado de 17/07/2021. -----

Encerramento -----

- - E não havendo nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião eram dezassete horas e quinze minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pela Chefe da Unidade Administrativa e de Modernização, nos termos do disposto no artigo 57.º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro. -----

A. Luí Filipe Luzio
Anabela Alves Marques

